

Desafios e Soluções da Sociologia

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-425-2 DOI 10.22533/at.ed.252192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em 2 Volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

O Volume 1 foi dividido em duas partes denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO” NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHER CIGANA ENTRE BRASILEIROS E ITALIANOS	
Mariana Bonomo Giannino Melotti Monica Pivetti	
DOI 10.22533/at.ed.2521925061	
CAPÍTULO 2	13
ESCOLA EM DISPUTA: EDUCAÇÃO LIBERTADORA OU EDUCAÇÃO CONSERVADORA?	
Camila Zucon Ramos de Siqueira Siqueira Frederico Alves Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2521925062	
CAPÍTULO 3	28
“A GENTE SABE QUANDO DÁ PRA FALAR E QUANDO NÃO DÁ”: MEDO, SEGREGAÇÃO E SILENCIAMENTOS NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM REGIÕES PERIFÉRICAS	
Maria Izabel Machado Marcelo Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.2521925063	
CAPÍTULO 4	45
A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS NA TRILOGIA <i>ÓPERA DOS MORTOS, LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE</i>	
Ivonete Dias Marcos Hidemi de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2521925064	
CAPÍTULO 5	54
A VIVÊNCIA FEMININA NA CIDADE: PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	
Maria Vitoria Silva Cardoso Rosângela Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2521925065	
CAPÍTULO 6	65
LGBTTOFOBIA E RE(VE)LAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E A POLÍTICA LGBT	
Claudio Leão de Almeida Junior Danielle Jardim Barreto Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
DOI 10.22533/at.ed.2521925066	
CAPÍTULO 7	76
MASCULINIDADES VIOLENTAS: LEGITIMAÇÃO E NORMATIVIDADE	
Kety Carla De March	
DOI 10.22533/at.ed.2521925067	

CAPÍTULO 8	85
NAS TESSITURAS DO CORPO E DAS SEXUALIDADES EM CLARICE LISPECTOR E MICHEL FOUCAULT: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DO LIVRO “A VIA CRUCIS DO CORPO”	
Danila Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.2521925068	
CAPÍTULO 9	95
O ASSÉDIO MORAL NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO: DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO E PRÁTICA PREDATÓRIA	
Igor Assoni Monteiro da Silva	
Marilane Carneiro Di Mario	
Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.2521925069	
CAPÍTULO 10	108
O QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE ‘SEXO E AS NEGAS’	
Daniela Rocha Drummond	
Nelson Rosário de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.25219250610	
CAPÍTULO 11	123
VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – NEDDIJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.	
Amanda Beatriz Louris	
Carla Liliane Waldow Esquivel	
Elizângela Treméa	
Francieli Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250611	
CAPÍTULO 12	133
A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CHE E AS MASCULINIDADES EM CUBA: CONSTITUINDO UM OBJETO DE PESQUISA	
Andréa Mazurok Schactae	
DOI 10.22533/at.ed.25219250612	
CAPÍTULO 13	146
ABUSO SEXUAL COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NO PARANÁ	
Bruna Regina Battisti	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.25219250613	
CAPÍTULO 14	154
BUNDA, CULTURA NACIONAL E MISTIÇAGEM NO BRASIL	
Ana Paula Garcia Boscatti	
Joana Maria Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.25219250614	

CAPÍTULO 15	166
DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE RELIGIOSA: O CASO DOS PEREGRINOS	
Marcelo Pereira Souza Marcelo Alário Ennes Alessandra Rodeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250615	
CAPÍTULO 16	182
ENVIOS DE MEMÓRIA EM ELIDA TESSLER	
Isabela Magalhães Bosi	
DOI 10.22533/at.ed.25219250616	
CAPÍTULO 17	188
HERANÇA AFRICANA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: PATRIMÔNIO, ESPAÇO E DINÂMICAS POLÍTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	
Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.25219250617	
CAPÍTULO 18	205
MEMÓRIA, SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E TURISMO	
Raniery Silva Guedes de Araujo Karla Estelita Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.25219250618	
CAPÍTULO 19	212
PIADAS CONTRA NEGROS: VIOLÊNCIA EM FORMA DE HUMOR JOKES AGAINST BLACK PEOPLE: VIOLENCE AS HUMOR	
Paulo Sérgio de Proença	
DOI 10.22533/at.ed.25219250619	
CAPÍTULO 20	225
QUEM E COMO SE DEFINE O ÉTNICO NA AUTO IDENTIFICAÇÃO “ÉTNICO RACIAL”?: DILEMAS DAS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.	
Marcos Silva da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250620	
SOBRE O ORGANIZADOR	238

HERANÇA AFRICANA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: PATRIMÔNIO, ESPAÇO E DINÂMICAS POLÍTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti

Universidade Federal Estadual do Rio de Janeiro/
UNIRIO

Rio de Janeiro - RJ

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em
Memória Social, hannahtcavalcanti@gmail.com .

Este trabalho foi apresentado em comunicação
oral no III Seminário Internacional em Memória
Social, em maio de 2018.

RESUMO: O presente artigo pretende discutir a partir do atual contexto da zona portuária do Rio de Janeiro como o espaço da região vem sendo reelaborado em torno das reivindicações da memória da escravidão e da herança africana, bem como do resgate da história da chamada “Pequena África”, que ultrapassa as fronteiras do espaço portuário, revigorando debates políticos ligados à memória social regional, nacional e ao patrimônio afro-brasileiro. O eixo principal do artigo estará no reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela Unesco e na construção inicial do projeto do inicialmente denominado “Museu da Escravidão e Liberdade” – atual Museu da História e da Cultura Afrobrasileira, sem esquecer sua interligação com outras questões que ocorrem paralelamente. Assim, pretendemos problematizar o processo vivido

pela região dando um panorama geral do seu desenvolvimento e das discussões políticas em torno da história, memória e patrimônio que foram sistematicamente apagadas naquele espaço, que ao mesmo tempo que se transforma urbanisticamente, também se transforma simbolicamente, e essas transformações geram novas relações sócio-espaciais e territorialidades.

PALAVRAS-CHAVE: zona portuária, patrimônio afro-brasileiro, espaço, memória social.

1 | INTRODUÇÃO

Como já abordaram vários autores, o pensamento social sobre a cultura afrobrasileira iniciou-se no século XIX fortemente marcado por valores eurocêntricos e racistas vigentes no período, no contexto da discussão de uma identidade nacional brasileira que pretendia direcionar o país a uma evolução civilizatória, cujas consequências não foram superadas. No centro desses debates esteve a questão do patrimônio nacional, que foi tratada de diferentes formas, sempre ligadas ao contexto político do período. Entretanto, observam-se permanências, que dizem respeito a controle, seletividade, memória e esquecimento.

Como bem aponta Cardoso (2012, p. 31)

O Poder de Estado no Brasil tem se apropriado, de forma explícita, do patrimônio histórico e artístico nacional e, de forma difusa, dos meios de comunicação, dos livros didáticos, do mercado da memória brasileira. As festas nacionais, as comemorações solenes, o tombamento de monumentos, pretenderam ritualizar o passado, ocultando aspectos não oficiais dos acontecimentos. A ocultação é um dos procedimentos mais correntes nesse dispositivo de controle. Os conflitos - escravidão, guerras coloniais e imperialistas - estão entre os temas favoritos dessas operações redutoras. A memória popular quase sempre é expropriada, porque não dispõe de marcos físicos que lhe respaldem o testemunho. Para os negros e os povos indígenas no Brasil, o direito a um passado próprio se confunde com o direito de existir hoje.

Patrimônio, nacionalidade e poder sempre estiveram correlacionados na história. Como expõe Fonseca (2017, p. 83) a temática do patrimônio e das práticas de patrimonialização começam a ocupar centralidade no debate de intelectuais e artistas, especialmente aqueles ligados ao modernismo, que elaboraram os principais conceitos de patrimônio que seriam adotados.

Os modernistas empreenderiam viagens afim de conhecer diferentes expressões da cultura brasileira e participariam ativamente dos debates acerca do que seria considerado como cultura nacional.

Por outro lado e no mesmo contexto, como coloca Lima (2012, p. 26)

Políticas educacionais, por exemplo, foram elaboradas com base na eugenia nos anos 20 e ganharam força principalmente no governo de Getúlio Vargas, momento político em que também é criado um órgão específico para o trato do patrimônio cultural no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – Sphan.

É justamente nos anos 30 no contexto do governo autoritário do Estado Novo que são criados dispositivos legais relativos ao patrimônio nacional. Embora a equipe e colaboradores do Sphan não fossem necessariamente simpáticos ao regime, e embora alguns modernistas como Mário de Andrade, tivessem outras concepções distintas das que foram adotadas, o paradigma eurocêntrico predominou no trabalho do Sphan, que iria focar a patrimonialização na cultura material da presença luso-brasileira, principalmente construções ligadas ao poder colonial, consideradas de grande valor arquitetônico, segundo os cânones da historiografia da arquitetura do período.

Curiosamente, o SPHAN foi composto pela contradição essencial de ser criado em um governo autoritário, tendo como membros várias pessoas que estavam criando um movimento cultural que promovia a liberdade de expressão e pretendia romper velhos paradigmas. Nos veículos da ideologia do regime, como a revista Cultura Política, “as tradições culturais brasileiras eram invocadas para legitimar o regime” (FONSECA, 2017, p. 88). Encaixam-se aí discussões acerca da identidade articulada a nacionalidade, que já foram amplamente realizadas. Das mais diversas formas e em diferentes contextos, a cultura é utilizada como instrumento de legitimação de imaginários de nação, nacionalidade, para produzir consensos e pertencimento.

No Brasil, intensificam-se nos anos 80 as reivindicações acerca do reconhecimento do patrimônio afrobrasileiro, contexto no qual ocorrem os primeiros

reconhecimentos significativos: é tombado o terreiro da Casa Branca em Salvador, a Pedra do Sal no Rio e é contruído um busto de Zumbi na Avenida Presidente Vargas, também no Rio.

A narrativa identitária construída a partir do chamado “mito da democracia racial”, também gestada no período da primeira metade do século XX acima citado, é para Kabengele Munanga (1999), o principal desafio e o paradigma que deve ser mais combatido para a construção da verdadeira igualdade racial , assim como o mais combatido há décadas pelos movimentos negros.

Em minha dissertação (CAVALCANTI, 2016) discorri sobre a construção social do espaço denominado “zona portuária” do Rio de Janeiro, atualmente delimitado pela prefeitura aos bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo, e sobre sua historicidade longa e complexa, que remete à própria formação da cidade. Meu eixo de análise tem sido discutir à luz dos acontecimentos das últimas duas décadas, o processo de reivindicações políticas, culturais, simbólicas relativas à memória social da região. Como coloquei, as primeiras atividades portuárias do Rio se dão na região do Castelo, Praça XV e Uruguaiana no Centro, assim como o primeiro núcleo de tráfico de africanos/as que seriam escravizados/as; posteriormente, já em fins do século XVIII, esse núcleo é transferido para a região dos bairros que se chamariam Saúde e Gamboa, aonde foi construído um expressivo complexo comercial escravista (HONORATO, 2008) .

Em 1996, é descoberto o sítio arqueológico dos Pretos Novos, uma parte de um dos maiores cemitérios para pessoas escravizadas da América Latina. Essa descoberta desencadeou diversas consequências e questionamentos sobre a memória e história da região portuária e do Rio de Janeiro, especialmente a partir da criação do Instituto dos Pretos Novos em 2005, que possibilitou novas pesquisas, portanto novos discursos, e a difusão através de uma série de atividades pedagógicas, de variados elementos das culturas africanas e afrobrasileiras.

O Instituto dos Pretos Novos se tornou o novo lócus da emergência não só de descobertas históricas, antropológicas e arqueológicas, mas também, importante agente dentro das dinâmicas que ocorrem na cidade em relação a essas descobertas e a reivindicações de políticas de memória. Em torno do IPN já existia a Associação Recreativa Afoxé Filhos de Gandhi, contemporâneo do afoxé baiano, o mais antigo do Rio em atividade; mestres de capoeira angola antigos e associações como a ACIMBA - Associação Cultural Mestre Benedito de Angola; rodas de samba, que ganharam maior visibilidade na volta das rodas da Pedra do Sal; a escola de samba Vizinha Faladeira, uma das mais antigas da cidade; blocos carnavalescos como o Escravos da Mauá; enfim uma série de expressões culturais, que nos anos 90 já não estavam tão bem articuladas, nem tinham tanto alcance e incentivo.

Vários acontecimentos mudariam o curso dessa história, entre eles podemos destacar: o fortalecimento do Instituto dos Pretos Novos e do sítio arqueológico como referências concretas da memória social na região; a formação do grupo de Remanescentes do Quilombo Pedra do sal e seu reconhecimento (em 2005); a

emergência das ruínas (bem conservadas) de parte do Cais do Valongo, a partir de escavações realizadas no local (já em 2010). Tomam corpo, no período 2005-2018, uma série de articulações entre esses e outros diversos agentes, que estabelecem definitivamente a referência da “Pequena África” em seu repertório não como volta ao passado, mas como atualização desse passado num presente – e como forma de resistência/contraposição ao apagamento da memória das culturas africanas/ afrobrasileira e à história da escravidão pelo imponente projeto Porto Maravilha. As reivindicações em torno do reconhecimento do espaço portuário como significativo na história da diáspora africana vinha de décadas anteriores.

No que diz respeito a patrimonialização, a Pedra do Sal, localizada na subida do morro da Conceição na Saúde, foi um marco no reconhecimento do patrimônio afrobrasileiro, tendo sido tombada como patrimônio material do Rio de Janeiro em 1987, e envolvido anos de engajamento de importantes figuras do movimento negro, entre os quais foi decisiva a contribuição nesse processo, de Joel Rufino dos Santos (FERRAZ, 1997).

A Pedra do Sal é hoje uma parte da formação rochosa, que no século XVII-XVIII era próxima ao mar (antes chamada “Pedra da Prainha”) e dividia uma parte do bairro da outra. Na região existiam nesse período trapiches de sal, estaleiros de comércio diversos além de outras construções como a fortaleza da Conceição, o Palácio do Bispo, a Igreja de São Francisco e a Cadeia do Aljube, para onde iam os escravos que cometiam crimes e os quilombolas. A circulação e fixação neste pedaço do bairro de afrodescendentes libertos e escravizados que já existia aumentou consideravelmente no século XIX e especialmente após a abolição (MARQUES, 1999).

Naquele perímetro estabeleceu-se no início do século XX um complexo cultural, que englobava muitas formas de manifestação cultural e redes de sociabilidade (MOURA, 1986). Não podemos esquecer que essas manifestações passaram a ser duramente perseguidas pelo Estado brasileiro até a primeira metade do séc. XX, e todas as representações e referenciais culturais afrobrasileiros igualmente marginalizados do ponto de vista museal ou patrimonial, como diz Lody (2005):

Antes de aceitação ou mesmo de reconhecimento, por parte de um público intérprete e também usuário extra-comunidades dos terreiros ou de outros locais consagrados pelo trabalho e produção, como de referência e/ou afro-brasileira, é sabido que por longo período pós-abolição a memória e a visualidade do negro brasileiro sofreram perseguições política e policial .

É preciso levarmos em conta a (re?) significação política, simbólica e religiosa desse território para os cidadãos cariocas, principalmente para aqueles que vêm na afirmação dessa identidade cultural afrobrasileira ou afrocarioca uma estratégia de resistência dentro da histórica negação de direitos vivenciada pela população negra no país. Sobre o processo de tombamento da Pedra do Sal Ferraz (1997, p. 333) explica que

Evidentemente, representações de origem negra já haviam sido aceitas por

diversos segmentos artísticos e culturais e, mais do que isso, festejadas como autênticos signos de nossa mais profunda personalidade como nação; mas cabia a elas, tão-somente, servirem de tema ou inspiração. Como produções em si mesmas, permaneciam fora do ciclo da história, cabendo-lhes a atemporalidade mítica do folclore. Portanto, ao incluir em sua lista de bens a serem protegidos um “monumento negro”, a instituição reavaliava o papel dos negros como produtores de bens culturais e, simultaneamente, procedia à crítica de seus pressupostos teóricos.

Assim, é essencial tanto conhecer a história quanto situar o atual contexto pelo qual passa a zona portuária e o Rio de Janeiro para entender as dinâmicas que ocorrem em torno da cultura e patrimônio na região.

Para se ter uma ideia, no Morro da Conceição, localizado na Saúde, alguns bens foram tombados já em 1938; em fins dos anos 70 e início dos 80 outros projetos de preservação foram desenvolvidos pelo IPHAN. Em 1986 (IPHAN, 1986), uma portaria de determinação sobre as intervenções na arquitetura dos imóveis já tombados (não só no Morro da Conceição mas em ruas próximas, no centro) foi lançada e com o projeto Porto Maravilha, nos anos 2000 novamente o IPHAN produziu pesquisas e projetos com o intuito de tombar integralmente o morro, o que gerou discussões intensas; em 2013 uma nova portaria determinava sobre construções no entorno (IPHAN, 2013).

O valor histórico atribuído ao patrimônio do Morro da Conceição está fortemente ligado à memória colonial e luso brasileira. Porém, no que tange à formação social, muitas histórias podem ser contadas e narrativas podem ser reelaboradas a partir do seu espaço.

2 | TENSÕES, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

As tensões desencadeadas pelo projeto de revitalização da zona portuária, não giram em torno apenas – não como se fosse pouco – de políticas de memória mas também de condições concretas de sobrevivência, como moradia, saúde e educação, visto que a região não recebia investimentos significativos nas mais diversas áreas. Porém questões relacionadas à cultura e à memória social tem concentrado atualmente a atenção dos movimentos, e o caráter do processo tem sido muito direcionado por atores ligados a entidades institucionalizadas existentes dentro do próprio aparato estatal, como o COMDEDINE (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro), a SUPIR (Superintendência de Promoção da Igualdade Racial), a CEPPIR (Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Igualdade Racial), a Fundação Palmares e o CEDINE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro).

As instituições regionais, tanto em nível municipal quanto estadual, enfrentam a dificuldade de falta de verba e de autonomia, e apesar de fundamentais no alcance de algumas reivindicações, muitas vezes precisam ceder de forma significativa para que essas conquistas parciais ocorram, de modo que o que vem sendo desencadeado pode ser interpretado como uma sucessão de políticas de apagamento que se apresentam

como políticas de memória.

Pois bem, voltemos a 2010, quando outro sítio arqueológico de grande importância foi descoberto: uma porção do Cais do Valongo, aonde desembarcaram milhares de pessoas trazidas de diferentes regiões da África para serem escravizadas no Brasil, grande parte delas, para trabalharem no Vale do Paraíba. Pelo referido cais, construído no início do século XIX, chegaram centenas de milhares de pessoas de diversas regiões do continente africano, tendo sido este cais um dos principais pontos de desembarque do comércio escravista da América latina (SOARES, 1962). Os vários fluxos migratórios que ocorreram ao longo do tempo, e principalmente os que houveram após a abolição da escravidão (especialmente forte da Bahia para o Rio) transformaram a região portuária em um reduto de população afrodescendente, que ali trabalhava em funções direta ou indiretamente ligadas ao porto. No início do século XX, esse reduto foi chamado de “Pequena África” por Heitor dos Prazeres (a maior parte da literatura atribui a ele a expressão), célebre pintor e sambista; ali o samba foi elaborado a partir dos ritmos africanos, aonde também a culinária, a religiosidade e parte da cultura afrobrasileira é gestada (MOURA, 1995).

O cais emergiu no início das obras do Porto maravilha; já havia uma forte especulação, baseada em documentos históricos, de que ele estaria localizado na rua Barão de Tefé, bairro da Saúde, e foram solicitadas por Tania Andrade Lima (arqueóloga que acompanhava as obras) escavações no local.

De fato, as ruínas vieram a tona, além de muitos artefatos e fragmentos de objetos do período colonial dos quais ainda não se tem conhecimentos precisos. O único cais oficialmente reconhecido naquele local era o Cais da Imperatriz, construído sob o cais do Valongo em 1843 especialmente para receber a princesa Teresa Cristina, que viria se casar com Dom Pedro II, embora se soubesse como colocado, por documentos e pesquisas, sobre a existência do outro cais.

Em torno dessa referência, da zona portuária como “Pequena África”, vão se reconstruir narrativas identitárias sobre a região, a partir dos anos 80, que tomam nova dimensão durante o processo de “revitalização” da área, formalmente iniciado em 2009. Nesse período de redescoberta do cais do Valongo novas pesquisas vinculadas ao Instituto dos Pretos Novos já haviam oferecido mais elementos sobre a história do comércio de africanos na zona portuária (HONORATO, 2008; PEREIRA, 2007), e a partir da pressão das referidas entidades, junto a militantes negros, educadores e pesquisadores, foi criado o Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Herança Africana em 2011, via decreto, que instituiu também o seu grupo curatorial. Como bem afirmou Marques (2015, p. 122) “O Cais do Valongo foi a “mola” que impulsionou a construção do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana”. O circuito que abrange o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Cais do Valongo, o Centro Cultural José Bonifácio e o Largo do Depósito já foi analisado na tese da pesquisadora na qual ela expõe o processo mais detalhadamente, os membros do Grupo de Trabalho curatorial, etc.

Um dos lugares incorporados ao circuito é particularmente polêmico, mas também interessante para entendermos as dinâmicas políticas desse tipo de processo.

Esse local controverso é o Jardim Suspenso do Valongo, inaugurado pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, em um espaço aonde antes haviam casas de engorda e armazéns de venda de africanos escravizados. O prefeito empreendeu um conjunto de intervenções urbanísticas na região que envolveu tanto a expulsão da população pobre moradora dos cortiços quanto a abertura de avenidas, praças, modernização do cais do porto e construções inspiradas na atuação de Haussman em Paris, no fim do século XIX. Ele representa portanto a reforma modernizadora de Passos, que desarticulou a Pequena África pela expulsão de muitos dos seus moradores para as regiões periféricas da cidade.



Jardim Suspenso do Valongo. Fonte: <http://www.conexaocultural.org/blog/2014/03/jardins-suspensos-do-valongo>

Interessante observar que o contexto durante o governo de Passos também era de turbulência política e revoltas populares - ainda que de caráter bem diverso daquelas vividas pela França em fins do século XIX. Mesmo assim, segundo Benchimol (1992, p.226) “A Avenida do Cais foi concebida também como um instrumento de “policia” sanitária e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro”. Voltando ao circuito, ao longo de sete meses, foram realizadas reuniões desse grupo de trabalho instituído, que geraram várias deliberações, muitas delas até hoje não cumpridas; o Circuito tem sido promovido predominantemente pelo Instituto dos Pretos Novos, que o realiza duas vezes por semana em dois horários, mesmo que o próprio Instituto esteja sobrevivendo há mais de dois anos de doações.

3 | POLÍTICAS DE MEMÓRIA E DE ESQUECIMENTO

O abandono do circuito e do Instituto dos Pretos Novos representam o padrão da atuação do poder público no que tange às questões raciais, e pode ser caracterizada, como política de esquecimento. Como sabemos, não existe memória sem esquecimento,

e é com esse binômio complementar que parece operar o tempo todo as estratégias dos governos do Rio de Janeiro. Porém é preciso frisar que a denominação “poder público” não é homogênea, e que órgãos são por vezes representados por pessoas que são alocadas para assumir um papel de mediação entre esse poder institucional e a sociedade civil, e podem direcionar de diferentes formas os conflitos que se apresentam.

Porém a estrutura é fortemente hierárquica, muitas decisões ligadas ao patrimônio e memória na cidade são fortemente marcadas pelas negociações políticas que ocorrem entre representantes das institucionalidades públicas e os diversos agentes que a eles tem acesso, o que dificulta a transparência nos processos. No caso da zona portuária, o órgão fundamental nessas negociações é a CDURP, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, de economia mista, criada com a lei complementar que a instituiu como a gestora da Operação Urbana Consorciada do Porto, dos serviços essenciais e de seus recursos patrimoniais.

É fundamental pensarmos nas possíveis estratégias de controle que podem tentar neutralizar o significado de patrimônios e memórias em disputa, para concretizar propostas que através da aparente produção de consensos, encobrem negociações decisivas para os agentes envolvidos e toda a população. No canal Rio Cidade Olímpica no Youtube foi lançado o vídeo “Cais do Valongo: Porto Maravilha traz a história do Rio de volta à superfície¹”. O vídeo parece já estar alinhado com as discussões historiográficas realizadas até então, porém o título, conduz o espectador imediatamente a atribuir ao Porto Maravilha o mérito pela revelação do cais, quando na verdade, não havia qualquer intenção inicial de fazê-lo nem pelos órgãos da prefeitura responsáveis, nem pelo Consórcio Porto Novo, segundo pessoas entrevistadas.

Como nos alerta Munanga (2012, p 16)

O discurso da identidade por parte do movimento negro, assim como o da classe dominante, é sempre seletivo, isto é, cristalizado nos marcos cujos conteúdos permitem a realização dos objetivos políticos. Essa seleção pode criar conflitos sociais se não corresponder aos interesses da maioria, como também pode oferecer à classe dominante material que sua ideologia precisa para manipular a luta dos oprimidos.

Hall (2008) discutiu as diásporas formadas pelo colonialismo, o hibridismo cultural e a inadequação das culturas populares negras tanto ao paradigma da modernidade quanto da pós-modernidade. As reelaborações, tensões e conflitos que permeiam a formação cultural de populações ligadas a processos de migração forçada e escravização, como ocorreram em toda a América implicaram na atualidade em uma série de conceitos reparadores que norteiam políticas públicas multiculturalistas de várias vertentes, que para o autor vão do multiculturalismo liberal, comercial e corporativo ao crítico e revolucionário. Ele ressalta que os movimentos ligados ao pós-colonialismo abriram novos caminhos para abalar as estruturas homogêneas de dominação político-cultural. (p. 201). Esses movimentos influenciaram a formação de

novas correntes em fins do século XX.

Mais recentemente, conceitos como o de “colonialidade do poder” elaborado por Quijano a partir de Wallerstein (2000) e que vem sendo desdobrado e desenvolvido por outros, é útil para pensarmos como o projeto civilizatório eurocêntrico está sedimentado nas categorias do pensamento social, na educação, nas práticas culturais e nas políticas públicas, para citar alguns exemplos. Relacionando essa discussão ao tema específico aqui apresentado, um dos focos aqui está nas reelaborações e resistências em torno da ideia de “Pequena África” que provocaram uma transformação expressiva na zona portuária, através principalmente da ocupação dos espaços públicos por grupos de jongo, capoeira, teatro, música, dança, culinária, artesanato, e demais expressões que se propõe ligadas a tradições afrobrasileiras – e que acreditamos ser um processo que cria fraturas na colonialidade do poder estabelecido no contexto da revitalização da zona portuária. Na visão de Quijano, a colonialidade do poder opera justamente por um sistema de classificação social que articula classe e raça, ou seja ele coloca o racismo no centro dessa estrutura social que produz a desigualdade social e a mantém (QUIJANO, 2000). As três dimensões da colonialidade (a colonialidade do poder, do saber e do ser) são faces do processo colonizador e da modernidade e portanto se articulam com a literatura antirracista e com a perspectiva negra (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016).

Esses conceitos são úteis para o caso da zona portuária, visto que o projeto de “revitalização”, realizado de forma verticalizada pelo poder público, impõe determinados ajustamentos ao espaço e a sociabilidade da região, baseados ainda na retórica modernizadora, de promoção da integração ao núcleo econômico do centro da cidade etc.

Da perspectiva da memória social e do patrimônio afrobrasileiro, tomam corpo, no período 2005-2016, uma série de articulações entre diversos agentes alguns deles já citados, que estabelecem definitivamente a referência da Pequena África em seu repertório não como volta ao passado, mas como atualização desse passado num presente – e como forma de resistência/contraposição ao apagamento da memória da cultura africana/ afrobrasileira e à história da escravidão pelo imponente projeto Porto Maravilha. Ou seja, o cais do Valongo carrega uma memória traumática, a memória da escravidão, que denuncia uma história que é frequentemente manipulada, neutralizada e/ou esquecida.

Ricoeur (2007) ao refletir sobre os abusos da memória, ou abusos do esquecimento, destaca duas das dimensões desses abusos, a “memória impedida”, que gera patologias individuais e coletivas, obstruções; os abusos da “memória manipulada” que “resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder” (p.93). Para ele, “Pode –se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas num sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta” (p. 92). Reconhecendo a conexão indissociável entre memória e identidade, o autor aponta entre as causas da fragilidade da memória e da identidade

“a herança da violência fundadora”.

Ele afirma:

O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas (p. 95).

Essas considerações se encaixam muito bem no tema, uma vez que a experiência da escravidão, vivida por gerações anteriores, não foi superada do ponto de vista social, e essa não superação está presente no racismo em suas variadas expressões; essa experiência está incrustada na formação social do Brasil, mas existe um esforço institucional, pelo menos no âmbito municipal e estadual do Rio de Janeiro, para que ela não seja problematizada de forma aprofundada. A escravidão não é celebrada oficialmente, mas o silêncio reproduzido sobre o assunto é conveniente na medida em que pretende ocultar suas consequências e permanências no presente.

Pois bem, a emergência do cais do Valongo gerou uma repercussão significativa em agentes culturais, pesquisadores e membros de movimentos sociais negros; recentemente estes se organizaram para preparar o dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial da UNESCO. De fato o sítio arqueológico recebeu a inscrição na lista de patrimônios mundiais em julho de 2017. O Cais se afirma assim como o mais importante lugar de memória da diáspora africana no Brasil e um dos mais importantes no mundo.

4 | MEMÓRIA, ESPAÇO E IDENTIDADE, NOVAS CONFIGURAÇÕES

Sánchez (2001) desenvolve análises sobre a nova forma de produção do espaço urbano e dos projetos de revitalização, em muitos casos realizados em regiões portuárias. Ela denomina de “reinvenção das cidades”, um processo no qual grande parte das políticas públicas são definidas em função dos eixos de mercado e da projeção da imagem da cidade como bem gerida, moderna e desenvolvida para a atração de mais investimentos. Em suas palavras:

Através da análise de alguns processos de reestruturação urbana da década de 90, em sua relação com os respectivos governos de cidade e suas políticas urbanas, é possível identificar interessantes convergências. Essas convergências dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político para “vender” as cidades. De fato, a partir de um determinado momento histórico, aqui identificado com os anos 90, as cidades passaram a ser “vendidas” de modo semelhante, o que sugere que o espaço das cidades se realiza agora enquanto mercadoria. (2001, p.33).

É de fundamental importância a discussão sobre como o espaço da zona portuária tem se reconfigurado a partir de 2009; Munanga (2012, p. 17) focaliza o binômio espaço-identidade cultural como fundamental no entendimento de dinâmicas criadas a partir de diásporas historicamente reconhecidas. Ele afirma:

Ter uma identidade coletiva significa ter a consciência de pertencer a uma única ancestralidade que se materializa não pelos “mortos comuns”, mas sim pela consciência de ter um território físico comum. Os escravizados foram arrancados pela força do seu território físico enquanto terra e espaço físico de seus ancestrais fundadores; territórios e terras que constituíam um patrimônio social inalienável e não uma propriedade coletiva alienável. No Brasil, como em todas as Américas onde foram transplantados e escravizados, a memória de seus territórios étnicos foi sistematicamente destruída. Da memória territorial dos escravizados e seus descendentes sobrou apenas a África enquanto continente negro. Por isso, essa África enquanto continente que sobrou como lembrança indestrutível continua a ser recriada, reinventada e idealizada em todos os discursos identitários da diáspora.

Consideramos que é impossível analisar o que ocorre atualmente na zona portuária sem ter em mente que a questão do espaço é fundamental para aqueles que atuam pelo reconhecimento da história e memória da “Pequena África”, e que este reconhecimento inclui acima de tudo, reatualizá-la, torná-la viva, ativa e conectada com o restante da cidade. Ou seja, novas configurações espaciais são construídas quando este espaço é novamente apropriado como referência de uma série de processos históricos – culturais que envolvem não só a cidade como o país, e que elaboram novas narrativas sobre a nação.

Assim, diversas iniciativas recriam essas memórias e as atualizam: as rodas de jongo, tambor de cumba, e capoeira no cais do Valongo; as oficinas, os ensaios, eventos e cortejos do afoxé Filhos de Gandhi pelas ruas do entorno; a divulgação da “culinária de terreiro” e diversos aspectos culturais a ela ligados pela Casa Omolokum; a referência às “casas de Zungu” (espaços de sociabilidade e culturas afrodescendentes do início do século XX) que existiam por exemplo no Largo da Prainha aonde hoje existe a Casa do Nando; as diversas atividades do Instituto dos Pretos Novos, incluindo o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana realizado com escolas, educadores, pesquisadores semanalmente; o Centro Cultural Pequena África; e a Casa da Tia Ciata, em homenagem à importante ayalorisá, entre outros locais e manifestações.

A compreensão de diversos atores envolvidos é que todo o território portuário abriga história e memória, em diferentes construções e locais, e que esses locais esquecidos, precisam ser evidenciados. Um museu de território possibilitaria a inclusão do sítio arqueológico do cemitério dos Pretos Novos, da Pedra do Sal, do Largo do Depósito (aonde se localiza hoje a sede do Afoxé Filhos de Gandhi Rj), do Museu do Negro e outros locais, estando inclusive incluídos nessa proposta, espaços na Providência e no Morro da Conceição. Pois bem, o que entrou em oposição no espaço portuário, foi a necessidade de reafirmação desse espaço identitário com um projeto que previa o apagamento dessas memórias. Como bem coloca Sánchez,

As novas formas de ação no espaço vêm criando nas cidades os chamados “espaços de renovação”, cada vez mais homogêneos no mundo todo porque são moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo do espaço tornados dominantes na escala mundo. Esses espaços dominados, parcelas da cidade, determinam novas especializações, impõe modos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que, em alguns casos, reforçam e, em outros, determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais (2010, p. 47-48).

Cada esfera vai colocar seus objetivos e interesses, que no caso da região portuária do Rio é permeada por conflitos e negociações constantes. Ainda que a forma como certas situações são conduzidas pelos órgãos públicos possa ser considerada como autoritária, fica claro um esforço de construção de uma aparente democracia, que procura sempre aplacar os ânimos, ceder para ao mesmo tempo impor. Consideramos que durante todo esse processo de reivindicações em torno da memória da Pequena África na zona portuária, novas configurações e novas relações com o espaço são produzidas, que envolvem diretamente reconstruções identitárias.

Como colocamos, cada vez mais iniciativas procuram trazer essas referências e práticas de resistência outrora desenvolvidas na região, que foram desarticuladas e reprimidas por outra reforma urbana - a reforma Pereira Passos em início dos anos XX - recriando uma nova Pequena África, a partir dos conhecimentos, reconhecimentos e necessidades contemporâneas, reconectando passado e presente.

5 | MUSEU DA ESCRAVIDÃO: UM NOVO PONTO DE DISPUTAS PELA MEMÓRIA

Definitivamente, não se pode dissociar memória de poder, e por isso mesmo, tampouco podemos dissociar os dois últimos dos museus e demais instituições culturais. Como diz Sánchez (2001, p.35) : “as representações que os sujeitos têm do real influem na construção da realidade ao mesmo tempo que as práticas materiais são a base para novas representações do real”

Em 2017, mesmo período em que o Cais do Valongo foi reconhecido patrimônio mundial pela UNESCO, uma das contrapartidas estabelecidas no processo de candidatura foi a criação de um museu, cujo nome definido inicialmente, foi “Museu da Escravidão e Liberdade”. Um grupo de trabalho foi criado por decreto pela secretaria municipal de cultura, constituído por integrantes da própria Secretaria, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), do Instituto Pereira Passos (IPP), da Procuradoria Geral do município e da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, e de alguns convidados vinculados a instituições representativas como o Museu do Negro.

De imediato, inúmeras discussões públicas começaram a serem levantadas sobre o museu e o nome estabelecido, assim como sobre a participação da sociedade em geral na construção das concepções do museu. Debates públicos tem sido promovidos e lotado auditórios de espaços culturais e universidades, com presença de membros de movimentos negros, pesquisadores, artistas, agentes culturais, professores, bem como cidadãos em geral de outras áreas identificados com a questão. *Foram criados também grupos de trabalho e formulários online de consulta.* A participação nesses debates me fez dimensionar a importância das discussões desencadeadas.

Uma quantidade expressiva de pessoas está envolvida com a questão,

especialmente de movimentos negros. As discussões giram em torno de recontar a história, superar conceitos e referenciais eurocêntricos, valorizar as realizações culturais e intelectuais dos afrodescendentes brasileiros, dar visibilidade às resistências políticas dessa população. São muitas as reivindicações e anseios que tem sido postos nos debates promovidos. Por isso compreendi que o museu e suas representações tratam de algo muito importante para a memória da cidade e até do país. Vale ressaltar que dentro do âmbito cultural, as âncoras do projeto Porto Maravilha são o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, que receberam e recebem grandes aportes financeiros públicos e privados. Este fato reitera a noção de que os museus são relacionados a projetos de modernização ou revitalização, como símbolos de desenvolvimento e cultura.

Em dois eventos importantes em que foi discutido o Museu da Escravidão, surgiram tensões sobre diversas questões. Um deles foi realizado pelo laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER - UFRJ), em parceria com o CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas em maio de 2017, e aglutinou pesquisadores, representantes do projeto do museu, estudantes e ativistas negros. É importante frisar que a platéia deste evento se compunha predominantemente por pessoas negras, o que é bastante significativo, quando falamos de um espaço acadêmico, socialmente restrito.

Primeiramente, foram debatidos aspectos sobre os achados arqueológicos da região. Foi questionado o tratamento dado a esses objetos, suas condições de acondicionamento e andamento das pesquisas. Em segunda mesa, passou-se ao debate cujo tema era “Musealização: escravidão ou herança africana?” que rendeu mais uma mesa no segundo dia do evento.

Pois bem, o tema sintetiza uma das principais discussões acerca do museu, que começou em torno de seu nome, “Museu da Escravidão e Liberdade”². Muitos participantes, afirmaram que não reconheciam um museu cujo foco seja na escravidão e desconfiam do significado da palavra “liberdade”, visto que, nem se veriam representados como ex-escravos, nem gostariam de afirmar o pós-abolição como uma conquista integral de liberdade.

Quase todos os participantes que se expressaram criticaram o nome, afirmando que ele deveria ser trocado antes de qualquer coisa. A ênfase, segundo eles, deveria estar na ideia de diáspora e na herança africana, ainda que fosse logicamente abordado o processo da escravidão, mas afirmando o escravo como sujeito que produziu conhecimento e cultura mesmo em sua posição social subalternizada. Ou seja, o eixo, deveriam ser as resistências e o legado africano em nosso território, ocorridos durante e depois da escravidão. Foram citadas também as contribuições científicas, artísticas, sociais de africanos e afrodescendentes nunca divulgadas. Alguns afirmaram que a escravidão deveria sim ser contada mas sob uma outra ótica, e verdades deveriam ser ditas que foram silenciadas para a maioria da população, como a participação da igreja católica na legitimação da escravidão. Foram horas de discussão acaloradas, que

refletiram o teor das discussões em debates posteriores, como a oficina participativa organizada pela Secretaria Municipal de Cultura que ocorreu em setembro do mesmo ano, no Centro Cultural José Bonifácio, cujo tema foi “Por um museu sobre a verdade”. Neste evento, no qual compareceram cerca de 150 pessoas, entre elas figuras expressivas na área da temática, teve como programação, exposições sobre o trabalho dos GT’s que vinham se reunindo desde março; fala de Nilcemar Nogueira, atual secretária de cultura, sobre o tema “Por um Museu sobre a Verdade”; depois foi a vez do ator e produtor cultural Haroldo Costa abordar o tema “A África de Todos os Tempos”; e por fim a professora Mônica Lima falou sobre “Escravidão e Escravizados”.

A proposta existente até o momento é a de um museu de território, inicialmente com sede no prédio Docas Pedro II, que fica em frente ao cais do Valongo, porém hoje a sede está no antigo Centro Cultural José Bonifácio. Isso se deu porque as outras instituições existentes na região, reivindicaram o fato de não estarem recebendo incentivos do poder público, e para que o Circuito de Herança Africana não continue sendo negligenciado. A indagação desses atores é, por que investir em um novo museu se os equipamentos existentes estão sucateados, se um sítio arqueológico de importância internacional como o do cemitério dos pretos novos vive de doações de apoiadores? Por isso, a solução encontrada até o momento para essa tensão é a incorporação desses locais em um museu de território cuja sede será o novo museu.

Ainda sobre o evento da oficina participativa, no segundo bloco, os participantes foram divididos em 3 grupos para discutir o museu e tirar três opções de nome, já que essa foi a primeira modificação mais levantada desde a publicação do decreto. Foram lidos os principais pontos colocados pelos três grupos, que giraram em torno de: recontar a história de forma crítica; expor as principais expressões culturais elaboradas por afrodescendentes; expor as resistências políticas à escravidão e ao racismo; e expor alguns dos mais importantes conhecimentos técnico-científicos desenvolvidos por africanos ou afrodescendentes na cidade e no país.

É perceptível portanto a complexidade das demandas apontadas e das expectativas em relação ao museu, que dificilmente poderão ser alcançadas, sem um trabalho sólido, colaborativo e aprofundado, que incluem o reconhecimento das questões raciais no Brasil e das reivindicações dos movimentos negros. Estes últimos sem dúvida não desejam uma retórica demagógica de reconciliação que não se processa de fato no cotidiano da população afrodescendente brasileira.

CONCLUINDO...

O avanço dos movimentos negros, das políticas públicas e das concepções de patrimônio após os anos 80 trouxeram novas possibilidades de recontar a história e reconhecer as diversas manifestações culturais e intelectuais da população afrobrasileira. Ainda assim as dificuldades são muitas para manter vivas expressões

culturais tão valiosas como o Afoxé Filhos de Gandhi, o Cais do Valongo, o Circuito de Celebração da Herança Africana ou o Instituto dos Pretos Novos, entre tantas outras.

Mesmo com toda a repercussão e movimentação que vem ocorrendo na região portuária do Rio, o Instituto está na iminência de ser fechado por falta de verbas, e os demais espaços e grupos culturais como: A Casa de Tia Ciata, o Centro Cultural Pequena África, a Associação Recreativa Afoxé Filhos de Gandhi entre outras, sobrevivem do envolvimento voluntário de pessoas que acreditam na sua importância. Ainda que o poder público ceda algumas vezes a pressões populares, e que algumas conquistas tenham sido alcançadas nesse processo extremamente rico, vemos que ele é permeado de forças estruturais sociais, que revelam múltiplas faces do racismo institucional.

O reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela UNESCO abre um novo horizonte de visibilidade das questões discutidas, ao mesmo tempo em que assume a prefeitura do Rio Marcelo Crivella, sobrinho do pastor Edir Macedo e membro antigo da igreja Universal.

Crivella coloca como secretária de cultura Nilcemar Nogueira, mulher negra neta do sambista Cartola da Mangueira, com uma trajetória de envolvimento na promoção da cultura afrobrasileira – ao mesmo tempo que institui o polêmico decreto-lei 43.219/17 que estabelece um novo sistema para autorização de eventos na cidade. Este decreto considera evento “todo exercício temporário de atividade econômica, cultural, esportiva, recreativa, musical, artística, expositiva, cívica, comemorativa, social, religiosa ou política, com fins lucrativos ou não, que gere: I - concentração de público, em áreas abertas **ou fechadas, particulares ou não** [Crivo nosso] [...] V - aglomerações transitórias em qualquer edificação ou estabelecimento, tais como festas, comemorações, espetáculos musicais e congêneres, feiras, convenções, congressos, seminários e similares”. Ou seja, o decreto pretende aumentar o controle sobre o uso do espaço público e até mesmo de espaços privados, e os grupos de cultura popular da cidade, predominantemente ligados a expressões negras, estão sentindo os seus impactos. Rodas de samba de rua tem sido impedidas de ocorrer ou perseguidas – enquanto grandes eventos ligados ao gênero ocorrem no Terreirão do Samba sob patrocínio da Itaipava - assim como eventos em favelas e regiões periféricas da cidade.

Quando o prefeito nomeia Nilcemar para a secretaria de cultura, parece estar querendo demonstrar que quer dialogar com a cultura popular do Rio, mas ao mesmo tempo, cria um decreto lei extremamente restritivo a suas manifestações. O jogo da mediação de conflitos, que dá enquanto tira, permanece. A visibilidade do que ocorre na região é ampliada por um série de esforços coletivos e individuais, mas permanece bastante restringida pelas tentativas de provocar o sufocamento, a neutralização. Nesse cenário a participação de mais setores dos movimentos negros da cidade é essencial, assim como dos moradores do entorno.

Concluimos com a fala de Cardoso (2012, p 34) sobre a predominância do

eurocentrismo em nossa sociedade, ancorado nas opressões políticas e econômicas que insistem em subalternizar a população negra, estruturais do sistema capitalista:

No Brasil, o eurocentrismo ainda mantém sua hegemonia na orientação cultural das classes dominantes e de seus dirigentes nas instituições educacionais, vocacionais e religiosas; nas agências culturais, nas organizações corporativas do mundo do trabalho, nas corporações midiáticas; nos grupos intelectuais; bem como, nas classes médias. Mas não menos entre significativa parte dos segmentos mais oprimidos da sociedade, com implicações trágicas em nossa história. O eurocentrismo impede o reconhecimento da riqueza espiritual da diversidade, porque só a admite como justificativa da desigualdade. Desse modo, bloqueia a capacidade de reconhecer as especificidades de diferentes experiências históricas e de suas implicações para o conhecimento e para a ação.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

CARDOSO, Marcos Antônio. Patrimônio Cultural Negro-Africano: Desafios Contemporâneos. In: _____. NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (orgs.). **Patrimônio cultural, territórios e identidades**. Florianópolis : Atilênde, 2012, Cap. 1, p. 21-40.

CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório. **Espaços museais e memórias sociais na zona portuária do Rio: o Instituto dos Pretos Novos (IPN)**. Dissertação de Mestrado em Memória Social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016, 133 p.

FERRAZ, Eucanaã. **O tombamento de um marco da africanidade carioca**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1997, n. 25, p.335-339.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf acesso em 20 Jan. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio no Brasil. In: _____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, cap. 2, p. 81-126.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP7A, Rio de Janeiro, 11 ed. 2011, 102 p.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2008.

IPHAN. Portaria n. 02 de 14 de março de 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_002_de_14_de_marco_de_1986.pdf acesso em 08/01/2018.

_____. Portaria nº 135 de 13 de março de 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_135_de_13_de_marco_de_2013.pdf acesso em: 08/01/2018.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Dissertação de mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, 157 p.

LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro**. Construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MARQUES, Carla Nogueira. Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: _____. **Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro: reinventando histórias , conectando memórias**. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2015, p. 103-134.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, 178 p.

MUNANGA, Kabengele. Território e Territorialidade como Fatores Constitutivos das Identidades Comunitárias no Brasil: Caso das Comunidades Quilombolas In: _____. NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (orgs.). **Patrimônio cultural, territórios e identidades**. Florianópolis : Atilènde, 2012, Cap. 1, p. 15-21.

_____. A mestiçagem no pensamento brasileiro. In: _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Vozes, 1999, Cap. 3, p.50-83.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: _____. LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas** Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

RICOEUR, Paul. 2007. A memória exercitada: uso e abuso. In: _____. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, p. 71-99.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 43219 DE 26/05/2017 *Institui o Sistema “Rio Ainda Mais Fácil Eventos - RIAMFE”, simplifica os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.* Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344067> acesso em 05/03/2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada de século**: Agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de sociologia política, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A pequena África: um portal do Atlântico**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-425-2

